



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 89.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1989

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Bruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Frondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Puggliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 84/89

Curitiba, 17 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, nos termos da anexa minuta, visando a realização, pela Fundação do projeto "processo tecnológico para obtenção de suco de maçã concentrado utilizando rejeitos da produção de maçãs do Paraná."

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

Ofício:

Sob os números DTL/SAT/213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229 e 230/89, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

021/89:

De autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO DE AÇÃO SOCIAL DO RUC (Ribeirãoclarenses Unidos com Cristo), com sede e foro no Município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o número 9115. - Anote-se. Arquive-se.

076/89:

De autoria do Deputado DJAIMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL "CRISTO REDENTOR", de Ponta Grossa, com sede e foro no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 9116. - Anote-se. Arquivo-se.

097/89:

De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que dá nova redação ao dispositivo que especifica, da Lei n° 8403, de 31.10.86, o qual convertido em Lei tomou o número 9117. - Anote-se. Arquivo-se.

111/89:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9118. - Anote-se. Arquivo-se.

121/89:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza doar à União os bens desapropriados pelo Decreto Estadual n° 10.306/87, o qual convertido em Lei tomou o número 9119. - Anote-se. Arquivo-se.

123/89:

De autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE-PDU, com sede e foro na cidade de Paigandu-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9120. - Anote-se. Arquivo-se.

147/89:

De autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DE TOLEDO, com sede e foro no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o número 9121. - Anote-se. Arquivo-se.

167/89:

De autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA ESPECIAL RAIOS DE SOL - APAE, com sede e foro na cidade de Iguaraçu-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9122. - Anote-se. Arquivo-se.

169/89:

De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PIO XII, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o número 9123. - Anote-se. Arquivo-se.

172/89:

De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS, com

sede e foro na Rua Treze de Maio, 985, Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9124. - Anote-se. Arquivo-se.

190/89:

De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 9125. - Anote-se. Arquivo-se.

191/89:

De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR DA CRIANÇA DE SÃO DIMAS, com sede e foro em Colombo, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 9126. - Anote-se. Arquivo-se.

281/88:

De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL ATUBA E JARDIM ATUBA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 9127. - Anote-se. Arquivo-se.

044/89:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza doar ao Município de Piraí do Sul, as áreas de terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9128. - Anote-se. Arquivo-se.

214/89:

De autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que concede pensão a Regina Aparecida Zau-pa Piva, uma pensão conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9129. - Anote-se. Arquivo-se.

156/89:

De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que concede a Vera Lúcia Romão, uma pensão mensal conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9130. - Anote-se. Arquivo-se.

280/89:

Do TRIBUNAL DE CONTAS, que reajusta, a partir de 1° de novembro de 1989 e na forma que especifica, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 9131. - Anote-se. Arquivo-se.

281/89:

Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta, a partir de 1° de novembro de 1989 e na

forma que especifica, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 9132. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2651**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 229/89, de sua autoria, que cria o Município de Fazenda Rio Grande, desmembrado do Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 23.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei n° 317, 318, 319 e 320/89, e para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 23.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos seguintes Projetos:

- de Lei n° 298/89, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências;
- de Resolução n° 68/89, que autoriza a realização de plebiscito, objetivando a criação do Município de Santa Maria do Oeste;
- de Resolução n° 70/89, que autoriza a realização de plebiscito, objetivando a criação do Município de Virmond, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 23.11.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 190/87.

Sala das Sessões, em 22.11.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Queria conversar sobre uma notícia que vi ainda hoje com respeito à questão da eleição para Presidente da República, especialmente a posição da Confederação das Associações Comerciais que tirou um documento favorável à candidatura de Collor de Mello. E nós como empresário, filiados às Associações Comerciais e a Associação Comercial da nossa região, ficamos estarecidos ao ver que um órgão de classe como é a Associação Comercial, que nos estatutos tem consagrada a não prática partidária e sim a política comercial, a política econômica, financeira de seus associados. E qual foi a nossa surpresa neste dia, quando a Associação Comercial assume postura a favor de um certo candidato. Nós não podemos aceitar, como representante do pequeno e do médio empresário, essa posição da Confederação da Associação Comercial.

A Associação Comercial deve ficar lutando pelos interesses de seus associados, mas no campo restrito do seu estatuto, e não fugir dele para politicagem assim como outras pessoas jurídicas, outras entidades, outras igrejas. Dessa forma acredito que estamos caminhando mal neste País, onde todo mundo está se posicionando em cima de siglas, em cima de entidades apolíticas.

Fica meu protesto aqui registrado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que os comerciantes responsáveis deste País revejam, reestudem essa posição e se for uma posição séria nós até admitiríamos que estudassem a proposta dos candidatos, estudassem cada um dos associados individualmente, mas não uma entidade se posicionando em cima de um candidato.

O nosso protesto fica registrado como empresário, como comerciante, e sem dúvida se isso acontecer estamos na anarquia, descontrole, estamos realmente sem direção já, da pessoa jurídica do nosso País. E isso tem que começar a ser revisto, tem que ser visto com os melhores olhos. Essa entidade tem que proteger a empresa e os empresários, mas não se envolvendo na questão partidária. A questão partidária está para os partidos políticos que deverão se fortalecer com a prática, com a militância de seus membros individualmente.

Aproveito este espaço do Pequeno Expediente Senhor Presidente, para fazer aqui um convite após receber telex do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e do Estado do Rio Grande

do Sul, para que possamos estar presentes numa reunião em Florianópolis, no dia 28, ou seja terça-feira às 14:00 horas, a fim de discutirmos a questão da extinção ou não do BRDE - Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul.

No momento em que o Norte do País se vê prestigiado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está esgotado seu tempo. Concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Só para concluir, gostaria de convidar os Parlamentares deste Estado para fazermos um bom número de Deputados nessa reunião em que vai se tratar da luta pela não extinção desse Banco que muitos benefícios tem trazido para o extremo sul, aos três Estados deste País.

Mas, Senhor Presidente, é preciso que estejamos em Florianópolis dia 28, às 14:00 horas para lutarmos por esse bem patrimonial, esse bem de raiz que é do Estado do Paraná, o BRDE, fundo de desenvolvimento e da geração de emprego nesses tantos anos aqui no Estado do Paraná e nos estados do Sul.

Peço então a compreensão e participação dos Parlamentares nessa reunião importante em Florianópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, mais uma vez tentaremos votar em primeira discussão o projeto autorizatório e que só depende posteriormente, após a manifestação desta Augusta Casa de Leis, do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Senhor Presidente, há aqueles que declaram que o projeto tem uma conotação demagógica; recomendei à minha assessoria que me trouxesse as pilhas de telegramas, telex, ofícios enviados pela categoria do funcionalismo paranaense e acho que uma idéia num determinado momento, ela é combatida pelo Deputado que a defende. Como a idéia do ensino público e gratuito em todos os níveis e que fez parte do nosso primeiro discurso desta tribuna, hoje é uma realidade. As universidades têm o seu ensino público e gratuito.

Mas, não conquistamos esse ensino público e gratuito somente no discurso, mas na prática, todos os dias nas universidades, como os DCEs, com a comunidade universitária, pressionando não só a classe política, mas também a Secretaria da Educação e também o Executivo Estadual.

Dizer que é demagogia o nosso projeto, é dizer também que é demagogia a inflação que aí está. Os mesmos que dizem que o projeto é demagógico são aqueles que também dizem que não existe a corrosão de salários, não existe a inflação corroendo o salário do servidor público.

Mas, em nenhum momento nos curvamos nesta tribuna e continuaremos com esta bandeira. Hoje pela manhã o Secretário de Estado da Administração, num programa de televisão dava um recado de que o Governo pretende conceder este reajuste mensal.

Ora, eu assumo um compromisso com V.Exas. e com o Governo do Estado. Sou capaz, se houver um compromisso público, da Liderança do Governo, com relação a esse reajuste mensal, de retirar até o nosso projeto, porque o que nós queremos não é a paternidade e nem a autoria do projeto. O que nós queremos é a reivindicação dos servidores públicos atendida no Estado do Paraná. Eu não faço questão de ser autor de nenhuma idéia, porque várias das minhas idéias foram derrotadas há dois, três anos atrás e que hoje se transformaram numa prática neste Estado. Não me curvei, não me curvarei e continuarei levantando a minha voz até o último dia do meu mandato em favor do bem comum e da justiça social. Hoje, uma professora me telefonava quando lia uma notícia de jornal onde o Governador Álvaro Dias declarava que o meu projeto era fictício, inconstitucional e autoritário, veja bem, quanto à inconstitucionalidade do projeto autorizatório, Senhores Deputados. E quanto ao autoritarismo eu quero dizer que autoritário são aqueles que colocam a polícia contra os professores, quando eles reivindicam, baseados em uma Constituição que lhe garante o direito de greve. Eu não quero confronto com o Governo. Eu quero ajudar o Governo do Paraná, mas não admitirei qualquer tipo de palavras ofensivas com relação à nossa conduta e iremos até o fim e tenho a certeza de uma coisa, Senhor Presidente, em nenhum momento agredi a pessoa de alguém nesta tribuna.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro, gostaria de deixar registrado o meu protesto nesta tribuna, quanto ao pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior; acho que nós devemos saber ganhar e saber perder. Eu acho que cometer isto, isto que o senhor falou contra o Governador eu acho que a gente tem que saber ganhar e saber perder, viu Deputado. Eu acho que não há necessidade de aprontar e nem de atacar o Senhor Governador do Estado, os cabelos do Senhor Governador, não têm nada a ver com o projeto de V.Exa. Isto não quer dizer também que eu não votarei com V.Exa. Eu quero dizer o seguinte: estou muito chateado porque o Presidente da Câmara Municipal de Londrina cometeu uma afronta hoje na primeira página da "Folha de Londrina" dizendo que este Parlamento é como se tivesse medo do Poder Judiciário, deixou passar por aqui a terceira votação do projeto do Desembargador Abraão Miguel. Vejam bem, Senhores: são coisas que eu admito, o cidadão está lá em Londrina, não sabe, esta Casa aqui é soberana, esta Casa aqui é respeitosa. Nós fizemos um Projeto, eu, o Deputado Homero, o Deputado Sabino, hoje eu desabafei no meu programa de televisão, estou raivoso realmente, posso até ter pecado, e eu não admito determinadas coisas de pessoas que venham falar deste Parlamento.

Então, quero defender este Parlamento porque na hora de pedir assinaturas para o Deputado Algaci, para vários Deputados eu sirvo para ir pedir assinaturas, para fazer com que o projeto fosse aprovado do Tribunal de Alçada. Lutamos, não pedi a vitória para mim, não pedi em hipótese alguma, ninguém aqui pediu a vitória, nem o Deputado Homero, nem o Deputado David, nem o Deputado Sabino. Ninguém pediu a vitória, foi uma vitória nossa que nós aprovamos, eu vim, debati, o Deputado Erondy Silvério brigou comigo porque eu tinha a assinatura dele, depois o Deputado Algaci assinou muito gentilmente.

Agora, veja bem: na segunda-feira estava tumultuada esta Casa, estava um tumulto. Eu tenho que respeitar o Deputado Anibal Khury porque realmente ele é um gênio, você tem que respeitar o homem, o homem que derrubou, derrubou a mim, derrubou o Homero, derrubou todo mundo. Quer dizer, foi um descuido, tem que respeitar o homem, e eu digo sempre: tenham cuidado com o homem, o homem é um perigo, você tem que cuidar do homem. Pois é, o Artagão briga com ele, o Nereu briga, todo mundo briga. Olha, tem que cuidar com o homem. O PDT briga, todo mundo briga. E estou no meu gabinete atendendo a vários professores, a vários funcionários que estavam lá conversando comigo, e aquela Assembléia aqui

num movimento desgraçado. Estava aqui uma loucura, e o Deputado Homero sentado, o Sabino, estava todo mundo sentado, estava todo mundo, não fui só eu. Quando eu entro aqui correndo, aquele tumulto, e o homem já tinha aprovado o Projeto. Quando eu peguei a Ordem do Dia, eu falei: "sentei, caí do cavalo". Quer dizer, aí eu olho para a cadeira, está o Deputado Sabino quietinho, o Deputado Homero quietinho, eu falei: ai, meu Deus do céu, perdi.

Muito bem. Aí eu corro para o Anibal, sem o Deputado saber. Eu não gosto de mentiras, eu gosto de verdade. Eu chego na sala do Deputado Anibal - se eu estiver mentindo o Senhor levante e me chame de mentiroso que eu rasgo o meu diploma de Deputado aqui agora -, eu sentei com o Senhor, conversei com o Senhor, e falei: o Senhor não vai voltar novamente o Projeto, nós combinamos num acordo de cavalheiros, não é verdade, Vossa Excelência sabe: se o Senhor voltar com a redação final, aí nós vamos brigar em plenário e nós vamos derrubar a redação final. Aí Vossa Excelência com muito carinho, já vitorioso, sorridente, eu falei: não, eu vou aguardar a redação final e vou deixar que o Tribunal, que o Dr. Abraão Miguel brigue em Brasília. Não foi isso que Vossa Excelência disse? E eu chamei os jornalistas que me acompanhassem à conversa.

Então, a redação final não vai voltar. Nós vamos aguardar que o Tribunal, Deputado Sabino, brigue lá em Brasília, que o Tribunal do Desembargador Abraão Miguel, com todo o respeito que tenho pelo Desembargador, está brigando em Brasília para tirar da nossa Constituição a nossa emenda, que nós votamos aqui, criando os tribunais de alçada de Londrina e Cascavel. Quer dizer, é uma briga lá. Nós temos que cuidar lá e cuidar aqui, temos que ficar cuidando.

Agora, veja bem, Deputado Homero: hoje, eu pego a "Folha de Londrina" e o Presidente da Câmara diz que nós temos medo do Poder Judiciário, que não sei o quê, dizendo que o Governador Álvaro Dias vai salvar. Não é assim, nem foi para lá, nem foi a redação final, não veio para cá, não está nas mãos do Governador, não vai acontecer nada.

Primeiro, tem que vir para a redação final, fizemos um acordo de cavalheiros, fiz em meu nome, em nome do Sabino, em nome do Homero.

Se eles não estão sabendo, eu fiz em nome de Vossa Excelência eu usei o nome de Vossas Excelências num acordo que fiz com o Deputado Anibal Khury.

Então, não tem nada de ir ao Palácio, não tem nada de tumultar a coisa. Agora a briga, como eu pedi ao Dr. Miguel Bom-Peixe, estou pedindo a Cascavel e pedi ao Dr.

Carlos Alberto que vão para Brasília ficar de olho lá para que não caia o artigo da Constituição Estadual. Quanto aqui, eu não vou sair mais do gabinete do Deputado Anibal. Agora ele sai para casa, eu vou para casa, fico na porta, a hora que ele voltar, eu volto, a hora que ele for dormir eu fico de plantão para que também não venha. Hoje já corri para ver se tinha algum requerimento dispensando a redação final. Não tem. Então, eu quero agradecer o acordo de Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, com todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência. Vossa Excelência cumpriu e Vossa Excelência realmente é um gênio político, sabe a hora que dá certo. Então eu queria só desabafar e queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Londrina que nem eu, nem o Homero, nem o Sabino não fomos procurados por ninguém, não, não fomos ameaçados por ninguém, ninguém aqui for procurado e ameaçado por nada. Foi um descuido - descuidou: dançou, nesta Casa. Como diz o Algaci: "descuidou, dançou".

Então, só queria dizer ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina que ele não está aqui para saber das coisas, ele não sabe do que está acontecendo nesta Casa, ele não tem autoridade maior para dizer que este Parlamento teve medo do Poder Judiciário. Aqui ninguém tem o "rabo preso", amarrado com o Poder Judiciário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa oportunamente dará as informações ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti a respeito do seu pronunciamento. A Mesa determinou que o Projeto venha à presidência para dar as informações que julgamos necessárias, não só a Vossa Excelência, como ao Plenário e, muito especialmente, àqueles que procuram detratar o Poder Legislativo.

PFL com a palavra. (Declina)

PDT com a palavra. (Declina)

PRP com a palavra. (Declina)

PMB com a palavra. (Declina)

PSDB com a palavra. (Declina)

PMDB.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Venho a esta tribuna com muita autoridade a defender neste momento, a pessoa do Governador Álvaro Dias. Quando acusado pelo Deputado Lindolfo Júnior, que já disse e continuo repetindo: "que tem relevantes trabalhos prestados ao Paraná, um currículo excelente, que só em apenas um mandato na Assembleia Legislativa já mudou de partido seis vezes". Já disse que quem mudou de partido seis vezes não tem autoridade de criticar

um Governador como Álvaro Dias, que, nas épocas mais difíceis da ditadura, onde estava o Senhor Lindolfo Júnior? Onde estava Vossa Excelência, Deputado na época do regime que o funcionário público não tinha acesso às galerias da Assembleia Legislativa do Paraná? Onde estava Vossa Excelência Deputado Lindolfo Júnior? E o Governador Álvaro Dias estava correndo o Paraná inteiro, reestruturando o PMDB, o ex-MDB do passado, enfrentando as dificuldades, as pressões da ditadura, do regime que Vossa Excelência deu sustentação. Vossa Excelência não tem autoridade de criticar o Governador. Vossa Excelência prove para mim o que é que Vossa Excelência fez em Maringá como Deputado, a não ser pegando corona nas costas do Deputado Ferrari Júnior e do Deputado Bárbara!

Vossa Excelência gosta muito quando as galerias estão cheias. Vossa Excelência deveria de agradecer daquela tribuna, Deputado o que o Governador Álvaro Dias fez pela sua terra em Maringá. Vossa Excelência, quando nós discutimos aqui na Assembleia a autonomia universitária, Vossa Excelência votou uma vez ao lado do Governador Álvaro Dias. Na segunda e na terceira votação, que encheu as galerias com ônibus de Maringá, de Ponta Grossa, de Londrina ...

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Logo em seguida ... Vossa Excelência foi à tribuna e criticou o Governador Álvaro Dias naquele projeto.

O Sr. Lindolfo Júnior - Inscrevo-me em aparte, por favor.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quero lhe dizer uma coisa, Deputado. O homem político não pode ser como camaleão. Vossa Excelência muda de cor conforme o sol. Nós aqui tivemos e temos personalidade. Votei contra o projeto de Vossa Excelência ontem porque é inconstitucional. Sabemos que será vetado pelo Governador do Paraná. Vossa Excelência quer prorrogar uma doença a mais aos funcionários públicos do Estado, querendo promover apenas a sua pessoa.

Não podemos ter mais este tipo de comportamento. Temos que ter seriedade. Temos que entender que ninguém vive mais de ilusão, como já vivemos durante um regime de vinte e tantos anos.

Está clara uma demonstração hoje do povo brasileiro, escolhendo pelas urnas o futuro Presidente do Brasil. Está aí o voto democrático, liberal, cada um escolhe aquele que quiser, durante o período eleitoral.

Não podemos viver mais este tipo de falsidade ao povo do Paraná, aos eleitores. Grave na sua consciência de que aqui queremos seriedade.

Concedo o aparte.

O Sr. Artagão Mattos Leão. - Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e gostaria de corroborar com Vossa Excelência e dizer que não podemos aceitar as afirmações do Deputado Lindolfo Júnior, que vem, com palavras de baixo calão, atingir o governador Álvaro Dias.

Refere-se à cabeça, aos cabelos do Governador Álvaro Dias, quando todo o Paraná sabe que o que o Governador tem na cabeça é cérebro e que o que o Deputado Lindolfo Júnior tem, talvez seja camarão. O Deputado Lindolfo Júnior é vezeiro, é costumeiro, em votar em favor das galerias. Quando da votação da autonomia das universidades o Deputado Lindolfo Júnior na primeira votação, quando as galerias estavam lotadas, votou a favor da autonomia. Na segunda votação, quando estavam um pouco mais vazias, se absteve. E na terceira votação quando as galerias estavam vazias, votou a favor do Governador.

É um Deputado que não tem posição.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado Lindolfo Júnior. Se tivéssemos aqui a oportunidade de projetar os filmes da televisão de dois anos e meio passados, Vossa Excelência aparecerá, em todos como o maior "papagaio de pirata", do Governador Álvaro Dias no Palácio. Em todas as reuniões do Palácio Vossa Excelência não dava espaço nem para a imprensa para poder entrevistar o Governador e Vossa Excelência estava do lado. Eu não posso, e nem o Governador Álvaro Dias pode pagar pelo seu recalque de não ter sido o candidato a Prefeito de Maringá e ter perdido a eleição como Vice-Prefeito de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PTN se fará uso do horário que lhe é destinado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Inscrevo-me no horário da Liderança do PL, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados; eu não vou requerer, ouvir da Casa a transcrição nos anais de uma carta muito oportuna, que foi publicada hoje, na "Gazeta do Povo", na 7.^a página. Não vou para violentar a consciência dos Senhores Deputados, neste clima de falta de serenidade que nós esta-

mos vivendo, atualmente. Mas, eu vou me permitir a Liderança para que os Anais registrem, independente da aprovação da Casa, uma Carta que Teófilo Bacha Filho, dirige, hoje, ao jornal "Gazeta do Povo". Diz o seguinte (Lê):

"Li, com perplexidade, as declarações de membros do PT do Paraná, repudiando o apoio do Governador Álvaro Dias, antes mesmo de este ter feito qualquer menção neste sentido. No momento em que o País se encontra às vésperas da mais importante eleição política de sua história recente, o microfascismo de certas lideranças, caracterizadas por miopia política e sua irmã gêmea, a intolerância dogmática, preocupa-se mais com questões regionais do que com o futuro da Nação.

O Governador Álvaro Dias só esteve ligado ao regime militar devido à oposição que lhe fez e à defesa das liberdades democráticas. Contra ele, não se levantam acusações de perseguição política, de malversação do dinheiro público, de liberalidades impróprias. Foi um governante que determinou a averiguação e puniu atos de violência. É administrador competente, político de comprovada densidade eleitoral e homem público probo. Enfim, é um político que honra e enaltece quem tem o privilégio de tê-lo ao seu lado, porque conta com o apoio maciço da população paranaense.

Certamente, os setores progressistas do PMDB e da população paranaense votarão em Lula, porque seu compromisso é com o Brasil.

Mas, é bom que saibam os sectários, tais setores têm no Governador Álvaro Dias uma de suas mais expressivas lideranças. Graças a Deus, nem todos do PT pensam tão pequeno.

Meus pêsames àqueles setores do PT que, por incapacidade de responder às suas responsabilidades perante o momento nacional, perdem-se em questões provinciais, destilando casulos e erguendo muros com os quais defendem seu isolamento do mundo.

Atenciosamente, Teófilo Bacha Filho".

Eu procedi a esta leitura, Senhor Presidente, quase que como uma resposta às agressões gratuitas que o Governador sofreu nesta tarde, por parte de um senhor Deputado, nesta Casa, e para que os anais registrem a clarividência desta carta, que retrata fielmente a atualidade do movimento político paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PL se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente,

quero usar do horário das Lideranças para esclarecer, principalmente.

Em primeiro lugar ao Líder do PMDB, que o tempo do coronelismo em política, acabou. O tempo de sacar de uma arma em punho, no sentido da velha política do curral, do tempo dos Mattos Leão, não existe mais, Deputado. Eu sempre debati com Vossa Excelência no campo das idéias. O argumento daqueles que não têm argumento, que infelizmente tenho que dizer desta tribuna, e expressar o nosso pensamento.

Porque quando as pessoas têm uma visão míope, uma visão que enxerga a um metro, isso dificulta para a própria população do Estado e a responsabilidade que Vossa Excelência tem como líder de uma bancada, que é a bancada governista.

Eu fui convocado várias vezes para conversar com o Governador Álvaro Dias. Eu, ao lado da bancada, tive coragem de dizer coisas que nunca, jamais os Deputados do PMDB tiveram coragem de dizer. Este é o verdadeiro companheiro; este é o político leal, porque além de uma amizade com um homem, está o compromisso com o Estado e com a população do Estado do Paraná.

Quantas vezes no campo das idéias divergimos com o Presidente da Assembléia naquela época, Deputado Antônio Annibelli. Mas sempre no campo das idéias.

Quantas vezes tivemos divergências com o atual Presidente, Deputado Anibal Khury. Sempre no campo das idéias.

Agora, a linguagem rasteira como faz, infelizmente, um companheiro apelidado de "Pedro de Lara" neste Parlamento, isto é que magoa. Magoa porque temos uma responsabilidade, Sr. Presidente. Responsabilidade que se emanou das urnas, no voto popular e nós estamos aqui ungidos deste voto para debater no campo das idéias, quer seja ele o Sr. Governador Álvaro Dias, Sr. José da Silva ou João dos Anzóis. Não interessa. Precisamos dialogar. E eu votarei favoravelmente sempre às medidas que eu entender que são acertadas. Mas peço à Bancada do PMDB, salvo raríssimas exceções, que respeite o meu posicionamento porque vocês já me tiveram no calo de vocês, aí na Bancada, porque vocês sabem que eu não vou me curvar e conhecem a minha independência e a minha coragem. Porque vocês sabem que eu não me elegi neste estelionato que foi o Plano Cruzado; porque vocês sabem que não me elegi na base do esquema financeiro e oficial de prefeitos e vereadores.

Então, meu caro Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência, que assumiu o compromisso de escrever a Constituição do Paraná e vai ser candidato a prefeito na sua cidade. Vossa Excelência tinha que honrar e cumprir até o fim, porque eu me submeti a servir a minha cidade para ficar

aqui elaborando e discutindo a nova Constituição do Estado do Paraná.

Vocês querem oficializar a mentira. E chega de oficializar a mentira neste Estado; chega de oficializar a mentira neste País.

Parabéns ao Deputado Nereu...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque fui atingido.

Sr. Presidente, desde que iniciei a minha carreira política, estou no ex-MDB e estou no PMDB até hoje.

Eu nunca procurei governo de estado para buscar cartório para dar à minha mãe ou meus parentes. E este moço pediu um cartório para o Governador em Maringá, e o Governador não deu e ele deixou o PMDB.

Isto que é mentira, safadismo do Deputado. Isto que é safadismo, mentir para as galerias. Vossa Excelência queria um cartório para a sua mãe em Maringá. Saiu do PFL a troco de cartório e o Governador não lhe deu o cartório.

Tenha moral, Deputado. Não seja safado e mentiroso. Vossa Excelência saiu do PMDB porque o Governador não deu o cartório que Vossa Excelência queria. Vossa Excelência é oportunista.

Mentira é Vossa Excelência dizer aqui. Conta a história do cartório, Deputado.

O SR. JOSÉ FELINTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, gostaria que o orador que está na tribuna respeitasse os demais Parlamentares eleitos pelo povo e que usasse o Regimento Interno no tratamento de "Vossa Excelência".

Porque se ele não aprendeu isto quando era vereador, ele tem oportunidade de aprender aqui nesta Casa a respeitar os demais Parlamentares que o respeitam, mesmo sabendo não ser ele merecedor de tal respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mais um minuto para concluir o seu discurso, nobre Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu agradeço e gostaria apenas, - não adianta porque sempre é chumbo trocado.

O líder do PFL, da Bancada do PFL, sabe que eu saí do PFL porque o Antônio Carlos Magalhães queria me mandar um rádio para não mais criticar o Governador. A minha mãe é cartorária em Maringá há mais de 30 anos, Deputado Manfrinato.

Vossa Excelência não sabe.

(É interrompido pelo Deputado Dirceu Manfrinato)

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deixa eu falar, Deputado.

Eu estou com a palavra.

Chega de enganar o povo!

Deixa eu falar, Sr. Presidente. Desconte o meu tempo. Deixa eu falar. Chega!

Vossa Excelência já falou demais e não disse nada.

Eu quero encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior, para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu quero encerrar, Sr. Presidente, infelizmente o rapaz não deixa. Por favor, eu quero falar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui atingido novamente, Sr. Presidente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Não tem condições. Deputado Dirceu Manfrinato, por favor, chega de mentiras. Eu estou com a palavra.

A palavra está garantida a mim, Deputado. Vossa Excelência coloque-se no seu lugar. Já falou na liderança do PMDB. Vamos debater no campo das idéias, por favor.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o prazo de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu só queria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência fizesse cumprir o Regimento Interno. Porque um Deputado que vai à tribuna querer aparecer às galerias e a outros Deputados demonstra que é incompetente, porque eu não sou "rapaz". Eu sou um Deputado e exijo tratamento como determina o Regimento Interno desta Casa. E, em relação ao cartório, ele queria um cartório que desse mais dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Haroldo Ferreira, com a palavra, último orador inscrito no Horário das Lideranças, PSDB.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor

Presidente, Senhores Deputados.

Eu não quero em nenhum momento contribuir nesta sessão, para a continuidade dessas ações deploráveis do Legislativo, que nós já estamos cansados e até a própria população também, de vir a estas sessões e infelizmente questões maiores não serem analisadas, não serem discutidas.

Na verdade o que eu queria analisar Senhor Presidente, Senhores Deputados, também diz respeito a esta Casa. E principalmente volto aqui sobre a questão da CPI da Saúde, da qual nós tivemos, num determinado momento, a sensibilidade de dela nos afastar. Porque nós sentimos, infelizmente, que nesta comissão que foi instalada por uma solicitação da sociedade civil do Paraná, de dezenas de segmentos organizados ligados no setor da saúde no Estado, para que se apurasse irregularidades no sistema unificado e descentralizado de saúde no Paraná.

Mas, infelizmente, tivemos durante o desenvolvimento dos trabalhos a obstrução desses, com tentativas deploráveis, inclusive de Deputados da situação, de querer destituir-me da Presidência da C.P.I.. Mas, tivemos pior ainda: questões analisadas e definidas dentro da comissão como a contratação de auditoria independente para auditoria das prestações de contas do SUDS, acabou sendo inviabilizada pela maioria governista dentro da CPI; assim como tivemos também a redução do prazo de prorrogação de 120 dias para 45 dias, prazo que nós julgávamos que seria insuficiente e tanto ficou demonstrado, que a atual CPI teve as suas últimas reuniões presididas e comandadas única e exclusivamente por Deputados governistas, já fora do prazo, porque os 45 dias não foram suficientes nem mesmo para fazer um relatório adequado e de acordo com os interesses do Governo e do Secretário Delcino Tavares.

Mas, temos tido aqui nesta Casa também oportunidade e o bom senso de valorizar as atitudes que têm colocado o Poder Legislativo em melhores condições perante o próprio Parlamento e perante a população, e não nos cansamos, depois que assumiu a Presidência desta Casa e desta Mesa Executiva, o Deputado Anibal Khury, que tem sido sério, honesto e tem sido democrático nesta Casa; e em função disso nós levantamos ontem, na sessão, uma questão de ordem, colocando ao senhor Presidente que os Partidos minoritários não participavam mais da CPI, que o PSDB, o PDT e o próprio PFL, que no início tinha a presença do Deputado David Cheriegate, não faziam mais parte da CPI em função de denúncia, da impossibilidade de apurar irregularidades de acordo com os interesses da população paranaense. E o que aconteceu? A Mesa Executiva, ontem, assumiu o compromisso de no

final da sessão dar o seu veredicto, e em função do prazo já estourado e em função de não haver presença das minorias nessa CPI, ela estava extinta e inclusive presidida pelo nobre Deputado José Felinto, meu amigo particular, que também é de um partido extinto.

Portanto, eu queria trazer neste momento, que ontem a CPI foi extinta por uma decisão da Mesa e este Parlamento... e na sequência após a extinção desta comissão por uma decisão da mesa, baseado em normas constitucionais, ela hoje foi desrespeitada e a farsa da farsa ocorreu hoje outra vez, nesta Casa, quando o Secretário Delcino Tavares, através de Deputados que estão aqui, infelizmente falo isso, lamentando profundamente que estão aqui para servir única e exclusivamente ao Poder Executivo, realizou uma sessão que não existe, realizou uma sessão para trazer aqui um Secretário inexperiente, incompetente, e que nós estamos entrando na Justiça para ver se ele é de má-fé, se ele é doloso e se ele é corrupto.

Estamos entrando com ação popular junto ao judiciário, porque o Poder Legislativo foi incompetente.

Porque não cumpriu a determinação da Presidência e da Mesa Executiva.

Era isso, Sr. Presidente, e gostaria que a Presidência e que a Mesa Executiva tomassem as devidas providências em função de uma sessão irregular, de uma CPI extinta, só para fazer a farsa da farsa neste Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 317 a 320/89, bem como ao Projeto de Resolução nº 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 298/89, bem como para os Projetos de Resolução nº 68 e 70/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 81/89), dispõe que aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, mensagem do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, nos seguintes termos:

MENSAGEM Nº 94/89

Curitiba, 23 de novembro de 1989.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que o texto do projeto de lei por mim encaminhado a essa Augusta Assembleia Legislativa, através da Mensagem nº 81/89, de 10 de novembro de 1989, ora em tramitação nessa Casa e que trata da concessão de um abono provisório mensal aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, seja substituído pelo que ora vai anexado.

A presente Mensagem substitutiva é formulada com base no resultado de negociações feitas entre os órgãos da Administração e representantes das diversas classes dos servidores do Estado, onde as partes, em razão das atuais dificuldades porque passa o erário público, houveram por bem entender como solução aceitável a medida que ora é submetida ao exame dessa Assembleia Legislativa, o que significa sensível melhoria na remuneração dos servidores do Estado, para este final de exercício financeiro.

Certo de que esta solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido, a título de antecipação salarial, um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a partir de 1º de novembro de 1989, cujo valor

fica elevado para NCz\$ 420,00 (quatrocentos e vinte cruzados novos) a partir de 1º de dezembro de 1989.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, dos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 8 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos civis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação, com efeitos financeiros na forma prevista pelo "caput" do art. 1º.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu pediria a V.Exa. para que o 1º Secretário, eu não entendi bem, e gostaria de observar se nesta mensagem nova do Governador faz menção a extensividade do abono ao policial militar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Não.

O SR. RAUL LOPES - Eu não escutei bem. O Senhor disse não?

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Aqui não está.

O SR. RAUL LOPES - Nós encaminhamos na sessão anterior uma emenda, que fosse extensiva aos militares.

Na oportunidade, permite o Deputado Nereu fazer uma observação também que a Mesa emende numa outra situação estendendo aos professores. Eu pediria, Senhor Presidente, que essa emenda que nós encaminhamos ontem e que foi aprovada nesta Casa fosse agregada, anexada a esta mensagem para que a extensividade se fizesse também presente aos companheiros da Polícia Militar e naturalmente o companheiro Nereu fará uma observação quanto aos professores.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à discussão a mensagem do Senhor Governador.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Uma orientação, Senhor Presidente, se V.Exa. me permite.

Ontem nós entramos com duas emendas, minha e do Deputado Nereu, depois transformamos essa emenda numa só de autoria dos Deputados Nereu e Alborghetti, pedindo também um abono para os professores estaduais do Paraná.

Eu pediria a V.Exa. uma orientação a este Deputado, se esta emenda vai entrar no projeto ou se esta emenda teria validade para a mensagem do Senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Artigo 170 do Regimento Interno dá preferência ao substitutivo geral. Aprovado o substitutivo geral do Poder Executivo, as demais emendas estarão prejudicadas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Esta mensagem então é votada em forma de substitutivo em 3ª. Discussão? Ou em primeira?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, a emenda é substitutivo, ao projeto que está em votação.

Vou proceder à leitura do artigo 170.

"Na segunda como na terceira discussão de qualquer projeto, os substitutivos terão preferência na votação, seguindo-se a ordem de precedência na apresentação, salvo deliberação em contrário tomada pela Assembléia a requerimento de qualquer Deputado".

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sim, mas votado o substitutivo não se votam as emendas depois?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Serão prejudicadas. É um substitutivo geral.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, então nós reapresentamos as emendas.

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. um tempo para que permitisse a nova redação.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é o seguinte não deu tempo, companheiros não de permitir, não deu tempo, fomos tomados de surpresa, ao Substitutivo do Governador não cabe 2ª/3ª. Discussão.

Eu pediria, data vênua, a V.Exa, e aos companheiros que desse o tempo necessário para que eu pudesse estender essa emenda de ontem, que foi aprovada, aos companheiros da Polícia Militar. É a mesma situação dos professores. E até se fosse necessário suspender por cinco minutos ou tempo necessário para que nós pudéssemos providenciar.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, enquanto o Deputado Nereu manda providenciar a nossa emenda, gostaria de discutir a mensagem do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão a emenda substitutiva geral do Senhor Governador do Estado.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu passo a palavra para o Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. RAUL LOPES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O encaminhamento aqui nada mais é do que um momento estratégico para que nós possamos ganhar tempo, para que se possa providenciar o expediente necessário.

Agora, qual o motivo, qual a razão que solicitamos estender à Polícia Militar e ao professor, porque não se pode, no momento em que nós estamos vivendo, discriminar uma mensagem que pelo fator mínimo de trezentos e agora propõe o nosso nobre Governador para quatrocentos e vinte, não pode, evidentemente, discriminar isentando duas instituições de valores extraordinários que é a educação e a segurança pública. Razão pela qual, prezados companheiros, nós vimos aqui neste momento pedir a V.Exas. que atentem bem para a realidade dos fatos. Nós estamos vivendo momentos difíceis dentro do Paraná, dentro do Brasil. A acontecer isto discriminadamente os problemas vão se agravar e nós não queremos que o Governo do Estado some mais este dissabor.

Hoje vimos pela manhã, auscultamos alguns pensamentos do próprio Governador, através do seu assessoramento. Os órgãos de comunicação estão aí a divulgar, hoje o Secretário ocupou parte do horário do noticiário local para dizer que em janeiro o Governador vai zerar todos os dramas que afligem toda a comunidade de funcionários do Estado do Paraná. Mas janeiro está muito longe. O momento é aqui, agora, e precisamos, do tempo necessário para que o Governo pense e atente, não vai deixar o Governo nem mais nem menos pobre. É muito importante, Senhor Governador, que essas duas instituições que ocupam o papel importante na conjuntura do seu Governo, sejam aquinhoados também. Não importa o custo da folha, não importa quanto isto vai representá-lo, mas o fato é que não pode agravar mais do que já está. O senhor só vai por permitir que o problema se agrave e essa instituição volte se repetir o estado como vivíamos até ontem nesta Casa.

Pelo amor de Deus Governador, sensibilize e estenda a esses companheiros e até vou antecipando o que já tomei conhecimento de Brasília, no Supremo Tribunal Federal, a isonomia que foi conquistada nesta Casa pela maioria deste Plenário, está recomendado, já está referendado com a liminar encaminhada a esta Casa, deferida a arquivação do Governo no que diz respeito à inconstitucionalidade que deverá, natural-

mente ser encaminhada segunda-feira para esta Casa. É mais uma derrota do organismo da segurança pública, somando a esta, somando a outras tantas, pelo amor de Deus, Governador, ponha a mão na consciência, vamos desenvolver alguma coisa no sentido de que possamos salvaguardar esse estado de coisas. Eu estou aqui mais no sentido de assessorar. O fato de não termos dinheiro, mas temos condições. Ontem o companheiro Haroldo leu desta tribuna sobre uma arrecadação do ICM; o que é preciso, como já disse, é rever o programa de seu trabalho e pôr em execução agora. Nós estamos em novembro, vamos ter dezembro, um mês difícil, um mês de expectativa de todos nós funcionários, um mês que se agravam, um mês que aparece na área policial, através de estatística, uma série de ocorrências, em seguida vem o final de ano, férias escolares, tudo isso vai ser agravado pela apatia que está a ocorrer dentro dessa instituição.

V.Exa. tem perguntado, naturalmente, ao seu chefe, o Senhor Secretário de Segurança, e ele tem dito: está tudo bem. Está tudo bem uma balela. Ele não poderia dar ao Senhor outra informação que não fosse esta. A situação está ruim. Pelo amor de Deus atente para esta situação. Vamos entender, vamos aprovar e o Senhor aprove, não vete, para que nós possamos naturalmente, salvaguardar uma situação que está deveras bastante preocupante. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há acordo das Lideranças. A Mesa vai votar o substitutivo e em seguida duas emendas.

Em votação o substitutivo. (Pausa). APROVADO.

Em votação a emenda do Deputado Nereu Massignan. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação porque nesta Casa tem assento a Liderança do FMB.

O Deputado Haroldo Ferreira foi à tribuna dizer que o FMB não existe, e ele existe. E como líder do FMB que não foi consultado, eu requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa faz um apelo a V.Exa como líder reconhecido pela Mesa para que V.Exa retire a verificação de votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, eu peço ao Deputado José Felinto que retire.

O SR. JOSÉ FELINTO - Lamentavelmente, Senhor Presidente, pela primeira vez eu

não vou poder atender o apelo de V.Exa.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, é matéria vencida. ..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O substitutivo está votado. Se não tiver número para as emendas, vai ficar sobrestado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado José Felinto, esta emenda é minha e do Deputado Nereu. Deputado, eu votei contigo ontem. Retire a verificação de votação.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só queria comunicar ao Deputado José Felinto que, talvez por não ter tido acesso ainda a documentos da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal, eu não sabia que o PMB era ex-extinto. Mas se ele existe, nós passaremos aqui doravante a considerar a Liderança desse partido nesta Casa.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, em consideração aos militares da nossa Polícia Militar e também ao reconhecimento do Deputado Haroldo Ferreira que mandarei para ele cópia do TSE que deu os atos jurídicos do partido como realmente existentes e como V.Exa que a candidatura do Silvio Santos que fez tremer a perna de muita gente, eu retiro a minha verificação de votação.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só consulto V.Exa se a emenda do Deputado Raul Lopes vai entrar em seguida, porque já que foi aprovada a emenda do Deputado Nereu...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda aprovada é do Deputado Nereu Massignan com anexação da emenda do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. RAUL LOPES - E a minha, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se V.Exa esperar um pouco, nós vamos votar a de V.Exa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu gostaria de consignar o meu voto contrário à emenda.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será consignado.

Emenda do Deputado Raul Lopes. A Mesa, dentro do acordo que se fez, estas emendas seriam apreciadas como parágrafo. Então, a Mesa consulta se V.Exa. transforma em parágrafo a expressão "acrescentando os mi-

litares".

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, desde que beneficie e os companheiros sejam assistidos pelo substitutivo do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. A Mesa tem de ser absolutamente sincera com V.Exa. É que no caso de veto...

O SR. RAUL LOPES - Eu concordo, Senhor Presidente, e concordo naturalmente porque quero crer que seja assistido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a emenda do Deputado Raul Lopes como parágrafo, incluindo os militares.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, que não seja um petardo de efeito retardado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bom, isso vai depender do Governador do Estado.

O SR. RAUL LOPES - Queremos aprovar agora. Se ele vetar, aí é outro expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como há uma dúvida se estão contemplados neste substitutivo os policiais civis, eu também me precavendo com qualquer problema que possa existir, estou encaminhando uma emenda a esse projeto também, que se estenda esta gratificação que é de justo, é honesto aos policiais civis. Porque o que me parece os delegados foram contemplados pela isonomia e os agentes, os escrivães, evidentemente, não estão contemplados neste substitutivo.

Por esta razão eu encaminho a minha emenda com o apoio de mais Deputados aqui, já com o apoio de mais de 5 Deputados para que esta emenda também seja incluída neste projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação para esta emenda apresentada pelo Deputado Algaci Túlio. Não estava dentro do acordo.

Apenas para analisar a emenda, Senhor Presidente, com mais vagar, porque não estava no acordo, o Deputado Algaci Túlio apresentou agora.

Isso não quer dizer que a estejamos rejeitando, verificação de votação para analisarmos até segunda-feira, segunda-feira volta.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Questão de Ordem) - Nós solicitamos chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Gostaria de retirar minha emenda para não atrapalhar o andamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada a emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e dois Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Não há quorum para votação. Está sobrestada a votação da mensagem.

Antes de encerrar a sessão...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... A Mesa vai informar ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 129/89, do Tribunal de Justiça.

Esta mensagem chegou à Casa no dia 25 de maio de 1989, levando cinco meses para ser aprovada, embora estivesse no regime de urgência no dia 13 de junho de 1989, requerida pelo Deputado Hermas Brandão. A aprovação deu-se em 29 de novembro e a sua redação final foi dispensada a requerimento do Deputado Werner Wanderer.

Entretanto, cumprindo um compromisso que fiz com V.Exa., este autógrafo só será encaminhado ao Poder Executivo após a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quero agradecer a V.Exa. Nunca passou pela minha cabeça que V.Exa. iria desrespeitar o acordo que V.Exa. tinha com este Deputado. Então fica mais do que patenteado que enquanto o Tribunal de Justiça do Paraná estiver arguindo em Brasília a inconstitucionalidade do artigo, da emenda minha, do Deputado Homero, do Deputado Sabino, do Deputado David, este projeto não será encaminhado a S.Exa. o Governador do Estado, para que ele seja ou não vetado.

Agradeço a V.Exa., em nome de Londrina, em nome de Cascavel, em nome deste Parlamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem a palavra da Presidência. Entretanto, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a sanção deste projeto de lei não implica na suspensão da instalação dos tribunais de alçada, no parágrafo único das Disposições Transitórias, artigo 44:

(Lê)

"Aos juizes do tribunal de alçada da Capital será facultada a remoção para os tribunais criados quando da sua instalação". Mas, está comprometida a minha palavra de que esta mensagem só será encaminhada ao atual Governador, após decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Novamente, e nome de Londrina e em nome de Cascavel, os nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Portanto, não procedem as críticas do nobre Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina.

- Projeto de Lei nº 317/89, continua na pauta de votação das emendas.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria das Lideranças do PRN, PL, PT, PSDB e PDT, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 318/89

Senhor Presidente.

As bancadas com assento nesta Casa, pelas Lideranças infra-assinadas, requerem a alteração do artigo 1º do Projeto de Lei nº 318/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Aos ocupantes dos cargos dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 1.200,00 (um mil, duzentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Líder do PRN

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL

PEDRO TONELLI - Líder do PT

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Líder do PSDB

VALDERI MENDES VILELA - Líder do PDT

Fase de apresentação de emendas já se encerra. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos Servidores do Poder Judi-

ciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria das Lideranças do PRN, PL, PT, PSDB e PDT, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 319/89

Senhor Presidente.

As bancadas com assento nesta Casa, pelas Lideranças infra-assinadas, requerem a alteração do artigo 1° do Projeto de Lei n° 319/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 1.200,00 (hum mil, duzentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Líder do PRN

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL

PEDRO TONELLI - Líder do PT

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Líder do PSDB

VALDERI MENDES VILELA - Líder do PDT

Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria das Lideranças do PRN, PL, PT, PSDB e PDT, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 320/89

Senhor Presidente

As bancadas com assento nesta Casa, pelas Lideranças infra-assinadas, requerem a alteração do artigo 1° do Projeto de Lei n° 320/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 1.200,00 (hum mil, duzentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Líder do PRN

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL

PEDRO TONELLI - Líder do PT

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Líder do PSDB

VALDERI MENDES VILELA - Líder do PDT

Ainda sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral, nos seguintes termos.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido, a título de antecipação salarial, um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a partir de 1° de novembro de 1989, cujo valor fica elevado para 420,00 (quatrocentos e vinte cruzados novos) a partir de 1° de dezembro de 1989.

Parágrafo Único: O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros na forma prevista pelo "caput" do art. 1°. Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria das Lideranças do PRN, PL, PT, PSDB e PDT, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 067/89

Senhor Presidente.

As bancadas com assento nesta Casa, pelas Lideranças infra-assinadas, requerem a alteração do artigo 1° do Projeto de Resolução n° 067/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 1.200,00 (hum mil, duzentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

Sala das Sessões, em 22.11.89

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Líder do PRN

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL

PEDRO TONELLI - Líder do PT

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Líder do PSDB

VALDERI MENDES VILELA - Líder do PDT

Ainda sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, nos seguintes termos.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 67/89

Art. 1° - Aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido, um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a partir de 1° de novembro de 1989, cujo valor fica elevado para 420,00 (quatrocentos e vinte cruzados novos) a partir de 1° de dezembro de 1989.

§ 1° - O valor de abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, aos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 08 (oito) horas diárias.

§ 2° - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais ou quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 23.11.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 298/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que institui a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, extingue a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 68/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 70/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, objetivando a criação do Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Encerrada a discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 165/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que acresce parágrafos e itens à

Lei 1211 de 16 de setembro de 1953, Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 180/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que concede a Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ AROLDIO GALLASSINI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 242/89, de autoria do Deputado VALDERI VILELA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA DARIO VELOSO" - APM, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 42/89, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iguaraçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ÂNGULO. - Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/89, (Mensagem n° 62/89, ex-Proposição n° 54/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos e de Revigoração de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às Agências de Rendas do Estado, nas datas em que especifica. - Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/89, (Mensagem n° 61/89, ex-Proposição n° 53/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

305/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, os vencimentos dos servidores públicos do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 190/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que cria o atendimento pelo Estado do Paraná de Assistência Jurídica junto às Delegacias de Polícia. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, e PARECER FAVORÁVEL da C.S.P., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 90/87, de 27.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 190/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem a finalidade de criar o atendimento pelo Estado do Paraná, de Assistência Jurídica junto às Delegacias de Polícia.

Em análise da referida matéria, esta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto legal e constitucional da mesma, constatou que o artigo 35 da Constituição Estadual, que reza ser da competência do Poder Executivo a iniciativa de leis orçamentárias que aumentem a despesa pública e acompanhando o mesmo texto o artigo 25, do mesmo dispositivo legal, que estatui ser da competência exclusiva do Senhor Governador a iniciativa de leis que aumentem a despesa pública.

No projeto de lei em tela, nos seus artigos 13 e 14, estabelece que caberia à Secretaria da Receita Estadual estipular a verba respectiva que será sacada mensalmente, a fim de atender ao pagamento dos advogados plantonistas credenciados e que à Secretaria de Finanças caberia providenciar verba própria, no orçamento do Estado, para o referido pagamento. O fato de o mesmo advir diretamente do orçamento estadual é indiscutível. Assim como, tal medida aumentaria a despesa pública. O caso aqui referido encontra-se perfeitamente nos parâmetros dos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual. E por este motivo o inviabiliza totalmente.

No que se refere à parte final do art. 2° do Projeto de Lei n° 190/87, onde encontramos que o advogado que presta diretamente o atendimento jurídico às vítimas nos plantões policiais não terá qualquer vínculo empregatício com o Estado é, no mínimo, contraditório com os artigos 13 e 14 já mencionados acima.

Se caberá à Secretaria da Receita Es-

tadual estipular o montante da verba destinada ao pagamento dos advogados plantonistas e esta verba virá da Secretaria das Finanças, como se pode afirmar não ter este advogado plantonista qualquer vínculo empregatício com o Estado?

A própria CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas) é bem clara ao definir como empregador aquele que entre outras atividades remunera (assalaria) a prestação de serviços. E define como empregado toda a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Aqui nos parece bem cristalina a relação de emprego entre o Estado e o advogado plantonista. Pelas razões que o advogado plantonista estaria prestando serviços não eventuais - prestando a devida assistência jurídica junto às Delegacias de Polícia, nas quais foram credenciados - onerosos - recebendo pagamento através da Tabela estabelecida pela Procuradoria Geral do Estado - e subordinados - o atendimento da assistência jurídica que prestarão é pelo Estado - como expressa a súmula do próprio projeto de lei. Por estes motivos, bem se vê que o advogado plantonista não figura neste caso nem como autônomo nem como profissional liberal, mas simples e meramente como empregado no sentido dado pela CLT. Nos parecendo ser inquestionável a posição do Estado como empregador e do advogado plantonista como empregado. Havendo relação de emprego e necessariamente o vínculo empregatício. O que derruba a posição defendida no Projeto de Lei n° 190/87, art. 2°, "in fine", da inexistência do vínculo empregatício com o Estado.

Isto posto, não nos resta outro caminho senão o de opinarmos pelo PARECER CONTRÁRIO, já que a matéria contida neste projeto de lei é essencialmente inconstitucional, ferindo a Constituição Estadual, nos seus artigos 25 e 35.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 190/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pretende que o Estado disponibilize um advogado em cada Delegacia de Polícia do Paraná para prestação de serviços de natureza judiciária às vítimas carentes.

A pretensão, quanto ao mérito, é redundância dos serviços que vêm sendo ofere-

cidos pela Defensoria Pública do Estado que, através de convênios com os Municípios, está prestando assistência judiciária gratuita a todos que não dispõem de recursos para custear esse direito constitucional.

Não obstante esta razão, a iniciativa esbarra em preceito constitucional quando exige que o Estado dispenda recursos. Essa prerrogativa, exclusiva do poder Executivo, então, inviabiliza definitivamente que seja aprovado o projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 190/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o presente projeto de lei visa criar o atendimento pelo Estado do Paraná, de Assistência Jurídica junto às Delegacias de Polícia.

Sobre o mesmo houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer contrário, pela razão que a matéria contida no projeto de lei é essencialmente inconstitucional, ferindo a Constituição Estadual nos seus artigos 25 e 35.

O mesmo notou a douta Comissão de Finanças, dando igualmente parecer contrário.

No tocante a esta Comissão de Recursos Humanos, esta opina em seguir o posicionamento das doudas Comissões acima mencionadas.

Pelo exposto acima, somos pelo parecer contrário, opinando-se pela rejeição do Projeto de Lei n° 190/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 190/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva a criação, pelo Estado, de assistência jurídica junto às Delegacias de Polícia, às vítimas e seus familiares, que não possam por meio próprio contratar advogado para a defesa de seus direitos.

A Constituição Federal, através de seu

Art. 24, XIII, transfere ao Estado a competência de legislar sobre o assunto, con-
correntemente com a União, e assim baseados, passamos a analisar a Constituição do Estado do Paraná, que em seu Art. 25, Parágrafo 1°, alíneas A e B, determina que é competência exclusiva do Governador do Estado, a iniciativa do tratamento à presente matéria.

Sabedores do impedimento legal supra mencionado, procedemos então à análise do mérito deste plano de lei, e notamos o seu amplo alcance social em favor dos mais desprestigiados, aqueles que pelo estado de miserabilidade em que se encontram não têm acesso facilitado à defesa pública gratuita. Louvamos a iniciativa pelo intuito de dinamizar o atendimento jurídico assistencial, direto no local e hora onde o socorro ao Direito é fundamental.

Neste sentido, urgem-se providências, dado que a assistência hoje existente, não está adequada à realidade social, sendo que as populações distantes dos grandes pólos têm dificuldades de acesso a tal amparo.

Sendo assim, imbuídos pelo mérito da assistência pública especializada e gratuita, de forma justa e solidária, comprometida a erradicar a pobreza e a marginalização, como também a redução das desigualdades sociais e regionais, esta douta Comissão de Segurança Pública opina favoravelmente pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

RAUL LOPES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede a ALAÍDE MARIA BRÍGIDO, pensão mensal, conforme especifica.

PROJETO DE LEI N° 329/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a ALAÍDE MARIA BRÍGIDO, viúva do ex-agente de reclusão Adalberto Gomes da Silva, uma pensão mensal equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único. A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Adalberto Gomes da Silva foi admitido na Penitenciária Central do Estado - PCE, no dia 18 de abril de 1986, portanto, há mais de três anos, a partir de quando começou a exercer a função de agente de reclusão.

No último dia 14, Adalberto foi vítima de um "estoque" e de um projétil de arma de fogo, quando, em conjunto com outros segurancas, tentava conter a rebelião de internos na Penitenciária Central do Estado.

Aos 39 anos de idade, Adalberto Gomes da Silva morreu, em pleno exercício profissional, resistindo à situação criada por centenas de presidiários que buscavam a fuga do presídio de Piraquara.

Adalberto, contudo, não teve jamais culpa por aquela situação, e como se havia proposto a fazer, quando aceitou o cargo de agente de reclusão, arriscou a própria vida, a fim de impedir a fuga de pessoas inabilitadas para viver na sociedade.

Colocou - podemos dizer - a sua vida em risco e perdeu-a, na luta insana de tentar salvar a vida de muitas outras pessoas que em seus lares e nas ruas são abordadas por marginais e delinquentes da mais alta periculosidade, como os internos da Penitenciária Central do Estado.

A perda deste ente querido é injustificável e irreparável para a sua esposa, e sobretudo para seus dois filhos que viram, repentinamente, sumir de dentro de casa a figura tão importante do pai e amigo.

Além da saudade, da dor e tristeza inerentes a este momento, concorrerá contrariamente ao restabelecimento da normalidade, na vida dessa família, a dificuldade financeira imposta pela perda da figura paterna aliada à dificuldade e instabilidade econômicas em que se assenta o país, agravando ainda mais a situação da vida dos mais humildes.

Não quer esta proposição ser piegas, mas fazer justiça, no mínimo que se pode, a uma família, cujo patriarca descansou no exercício da função que o Estado lhe impôs; fazer justiça à família deste homem que, para o exercício íntegro e correto da atribuição que lhe foi confiada, colocou em patamar secundário sua segurança própria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2651, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2615, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Prejudicado.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários.

Apenas para registrar a minha indignação, como Deputado mais jovem deste Parlamento, com os expedientes que são usados num Parlamento que pela sua magnitude deveria ser tão respeitado.

Eu não falo somente para as poltronas e para algumas pessoas.

Eu registro esta indignação na história do Paraná, porque é inaceitável: aqueles que nos criticam quando tentam nos cortar o microfone da tribuna, não têm a mesma coragem de debater no campo das idéias.

Eles não estão aqui, como os senhores acompanharam. Eles se foram, porque correm do povo como o diabo foge da cruz.

Eu sei que falo para todos os gabinetes, neste momento.

Falo para todos os funcionários desta Casa. Falo para aqueles que estão indignados com a tática, com o expediente, com o procedimento usado pela Liderança do Governo.

E quando às vezes nos excedemos...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, dois assuntos.

Primeiro, para solicitar dessa Mesa Executiva que tendo já transcorrido as três Sessões Ordinárias, determine que seja colocado na Ordem do Dia para votação o Projeto de Lei nº 185/89, de autoria do eminente Presidente com emendas de nossa parte e que trata dos 40% de anotação de responsabilidade técnica de alguns profissionais.

E, em segundo lugar, Sr. Presidente, nós pedimos esta questão de ordem para indagá-lo da existência de quórum para que possamos prosseguir esta sessão. Ao que nos parece estamos aqui em 4 ou 5 parlamentares, e não existe quórum para mais nada na sessão de hoje no nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa o nobre Deputado que se encontra na tribuna, que não há número para prosseguimento da sessão.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço a Vossa Excelência, e encerro as minhas palavras, mas o Paraná terá muito tempo para ouvir esta voz que não vai se cansar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a

70/89.

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^o 165, 180, 242 e 317 a 320/89, e dos Projetos de Resolução n. 42, 49, 52 e 67/89.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 298/89 e dos Projetos de Resolução n. 68 e 70/89.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^o 190/87, 305 e 329/89.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 343/89.

Levanta-se a sessão.